

EMENDA Nº - CCJ
(à PEC nº 45, de 2019)

Dê-se ao § 5º do art. 156-A da Constituição Federal, na redação conferida pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 156-A.
.....
§ 5º Resolução do Senado Federal disporá sobre:
.....”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda é de autoria do Senador Wilder Moraes, PL/GO, que a subscreve conjuntamente, mas, por não compor a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, não pode regimentalmente apresentá-la diretamente à CCJ, onde tramita a PEC 45/2019.

Portanto, sendo o ilustre senador membro da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e tendo atuado no Grupo de Trabalho formado no âmbito daquela comissão para debater a Reforma Tributária, encaminho, na condição de coordenador do GT, a emenda com a justificativa do nobre colega para ser submetida à análise da CCJ e do Relator Eduardo Braga.

O § 5º do art. 156-A da Lei Maior, proposto pelo art. 1º da PEC nº 45, de 2019, determina que lei complementar disporá sobre os seguintes aspectos do Imposto sobre Bens e Serviços: i) regras para a distribuição do produto da arrecadação do tributo; ii) regime de compensação de créditos e débitos do imposto; iii) forma e prazo para ressarcimento de créditos acumulados pelo contribuinte; iv) definição do ente de destino da operação com bens e serviços; v) regimes específicos de tributação; vi) mitigação do imposto sobre a aquisição de bens de capital; vii) processo administrativo fiscal do imposto; viii) *cashback*; e ix) hipóteses de diferimento aplicáveis aos regimes aduaneiros especiais e às zonas de processamento de exportação.

Compreendo que tais assuntos do novo imposto sobre valor adicionado dos estados, do Distrito Federal e dos municípios podem ser disciplinados em resolução do Senado Federal sem nenhum prejuízo ao interesse dos entes subnacionais, tendo em vista que nesta Casa Legislativa há igualdade no número de representantes de cada unidade da Federação. Tal solução valoriza o papel do Senado Federal como entidade pacificadora de conflitos na Federação, a exemplo da atribuição conferida pelo constituinte originário atinente à fixação das alíquotas interestaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Com esse propósito, apresento a presente emenda pedindo o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala da Comissão,

Senador Wilder Moraes (PL/GO) Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)